

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva**. 11ª ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Jurídica brasileira, 2000.
- ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Direito eleitoral**. 2ª ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2009.
- ALVES, Vilson Rodrigues. **Responsabilidade civil do Estado por atos dos agentes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário**. Campinas: Bookseller, 2001.
- BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 4ª ed. ver., atual. e ampl. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2006.
- BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do direito agrário**. 7 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1992.
- BRAGA, Pedro. **Ética, direito e administração pública**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2006.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 18-ago-2010.
- _____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2009.
- _____. **Decreto Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Código Penal Militar. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001Compilado.htm>. Acesso em: 25-ago-2010.
- _____. **Decreto n.º 3.518, de 20 de junho de 2000**. Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2º, § 2º, 4º, § 2º, 5º, § 3º, e 15 da referida Lei. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3518.htm>. Acesso em: 31-ago-2010.
- _____. **Decreto n.º 5.129, de 6 de julho de 2004**. Dispõe sobre a patrulha naval e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5129.htm>. Acesso em: 30-ago-2010.
- _____. **Decreto n.º 5.978, de 4 de dezembro de 2006**. Dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro – PROMASP. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5978.htm#art1>. Acesso em: 17-set-2010.
- _____. **Decreto n.º 7.030, de 14 de dezembro de 2009**. Promulga a convenção de Viena sobre o direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com Reserva aos

artigos 25 e 66. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 24-ago-2010.

_____. **Decreto n.º 73.332, de 19 de dezembro de 1973.** Define a estrutura do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d73332.htm>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Decreto n.º 88.777, de 30 de setembro de 1983.** Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm>. Acesso em: 18-ago-2010.

_____. **Decreto-lei n.º 1.064, de 24 de outubro de 1969.** Altera a relação do art. 302 do Código Eleitoral e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11064.htm>. Acesso em: 30-ago-2010.

_____. **Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em 18-ago-2010.

_____. **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF). Instrução de serviço n.º 03, de 29 de setembro de 1997.** I seminário nacional de polícia de migração. [s.e.]. [s.l.], 2008.

_____. **Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998.** Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em: 18-ago-2010.

_____. **Lavagem de dinheiro: legislação brasileira.** Conselho de Controle de Atividades financeiras e Federação Brasileira de Bancos. 2ª ed. rev. Brasília: COAF, 2005.

_____. **Legislação eleitoral e política.** [s.ed.]. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2010.

_____. **Lei n.º 10.357, de 27 de dezembro de 2001.** Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10357.htm#art1>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Decreto n.º 154, de 26 de junho de 1991.** Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0154.htm>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.826compilado.htm>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Lei n.º 11.473, de 10 de maio de 2007.** Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11473.htm>. Acesso em: 18-ago-2010.

_____. **Lei n.º 11.718, de 20 de junho de 2008.** Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11718.htm#art7>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF). **Portaria n.º 387/2006 - DG/DPF, de 28 de agosto de 2006.** Altera e consolida as normas aplicadas a segurança privada. Disponível em <http://www.dpf.gov.br/servicos/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/portarias/Portaria_3872006_DGDPF_alterada_pela_Portaria_7812010_salvo_em_04022010.pdf/view>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 26-ago-2010.

_____. **Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966.** Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4947.htm>. Acesso em: 26-ago-2010.

_____. **Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. Disponível em <>. Acesso em: 30-ago-2010.

_____. **Lei n.º 7.102, de 20 de junho de 1983.** Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102compilado.htm>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Lei n.º 7.170, de 14 de dezembro de 1983.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm>. Acesso em: 20-ago-2010.

_____. **Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 06-set-2010.

_____. **Lei n.º 9.017, de 30 de março de 1995.** Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e altera dispositivos da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento de empresas particulares que explorem serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9017.htm#art14>. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de diretrizes e bases da educação. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 21-set-2010.

_____. **Lei n.º 9.807, de 13 de julho de 1999.** Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9807.htm#art12 >. Acesso em: 31-ago-2010.

_____. **Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm >. Acesso em: 08-set-2010.

_____. **Lei nº 10.446, de 9 de maio de 2002.** Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110446.htm> . Acesso em: 30-ago-2008.

_____. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: 06-set-2010.

_____. SENADO FEDERAL. **Estatuto do estrangeiro e regulamentação.** Brasília: Subsecretaria de edições técnicas, 2009.

_____. SENADO FEDERAL. **Segurança nacional: legislação e doutrina.** 2ª ed.

Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2006.

_____. SENADO FEDERAL. **Segurança pública: normas e regulamentos.** Brasília: Subsecretaria de edições técnicas, 2008.

_____. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. **Manual de legislação eleitoral e partidária.** [s.ed.]. atual. e anot. Fortaleza: Tipoprogresso, 2002.

CANELLAS, Alfredo. **Constituição interpretada pelo STF, Tribunais superiores e textos legais.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009.

CARNELUTTI, Francesco. **A prova civil.** São Paulo, Livraria e Editora Universitária de Direito (LEUD), 2003.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Competência da Justiça Federal.** 7ª ed. 2ª tir. rev. e atual., Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, Paulo Roberto de Lima. **Prova cibernética no processo.** Curitiba: Juruá, 2009.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 5º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CRETELLA JUNIOR, Jose. **Prática do processo administrativo.** 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRA, Alexandre Sérgio Vicente. **Segurança de dignitários.** Disponível em <<http://www.operacoesespeciais.com.br/diiversos.php?item=1#1>>. Acesso em: 31-ago-2010.

FÜHER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de direito administrativo.** 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria geral do processo.** 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público.** 7º ed. LTr ed.: São Paulo, 2007.

MANZIONE, Luiz. **Resumo de direito administrativo.** 2ª ed., ver. e atual. São Paulo: BH editora, 2005.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 29ª ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 12ª ed. São

Paulo: Malheiros, 2000.

MELLO, Celso Dovivier de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 11ª ed. ver. e aum., 1º vol., Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

MESQUITA JÚNIOR, Sidio Rosa de. **Comentários à Lei antidrogas: Lei n.º 11.343, de 23.8.2006**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Convenção n.º 108-OIT**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/rel_internacionais/conv_108.pdf>. Acesso em: 18-set-2010.

MIRANDA, Henrique Savonitti. **Curso de direito administrativo**. 5ª ed. rev. e atual. Brasília: Senado Federal, 2007.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. [s.ed.]. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 8ª ed. rev., atual. e renov. Coleção estudos de direito do processo. Vol. 21. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Vol. I. 7ª ed. rev. ampl. e atual. São Paulo, Freitas Bastos, 1966.

NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. Vol. II. 7ª ed. rev. ampl. e atual. São Paulo, Freitas Bastos, 1966.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Jose Cláudio. **As polícias militares e a segurança interna: subsídios para a História da PMCE**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.

ORLANDO, Pedro. **Novíssimo dicionário jurídico**. Vol. II. São Paulo: Editora LEP, 1956.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. **VADE MECUM Saraiva 2010**. 9 ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005.

VELOSO, Waldir de Pinho. **Direito processual administrativo**. Curitiba: Juruá, 2010.